

A Evolução do Tratamento da Variação Linguística no Enem

THE EVOLUTION OF APPROACH OF LINGUISTIC VARIATION
IN ENEM ASSESSMENT

Sammela Rejane de Jesus **Andrade***

Raquel Meister Ko. **Freitag****

Resumo: A fim de observamos o tratamento dado às questões de variação linguística preconizadas pelos documentos norteadores, como Parâmetros Curriculares Nacionais e o edital do Programa Nacional do Livro Didático, analisamos as questões da prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do Enem entre os anos 2000 e 2012, com o propósito de correlacionar as informações contidas neste material às políticas públicas voltadas para educação básica, mais efetivamente ao Ensino Médio e, principalmente, discutir o tratamento da variação linguística através das proposições dos contínuos de Bortoni-Ricardo (2004). Considerando a língua, a partir da concepção sociolinguística, como heterogênea, múltipla e em permanente construção, levantamos o questionamento de como tratar essa heterogeneidade e mutação, dentro de um espaço fechado e delimitado, no caso um exame de seleção (a prova objetiva do Enem), que estipula competências a serem atingidas e os meios para que isso ocorra. A análise realizada demonstrou que existe uma congruência quanto às prescrições dos documentos oficiais e às normas orientadoras do exame, todavia, a observação das questões evidenciam o

* Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Sergipe (2015).
Doutoranda em Educação - UFS. Contato: sammela88@yahoo.com.br.

** Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006).
Professora Doutora do Departamento de Letras Vernáculas. Atua nos programas de Pós-Graduação em Letras e em Educação - UFS. Contato: rkofreitag@uol.com.br.

quanto ainda são necessárias mudanças para que aconteça uma abordagem variacionista mais efetiva no Enem e no ensino de Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Enem. Sociolinguística. Avaliações oficiais.

Abstract: In order to observe how are treated the concepts about linguistic variation as preconized by official guidelines, e.g. Parâmetros Curriculares Nacionais and Programa Nacional do Livro Didático, we analyze the questions in Linguagem, Códigos e suas Tecnologias related of sociolinguistic in exam of Enem assessment between 2000-2012, with the aim of correlate the information contained in this material to public policies directed to basic education, more effectively to high school, and mainly discussing the treatment of linguistic variation through the propositions of continuous Bortoni-Ricardo (2004). Considering the language from the sociolinguistic conception as heterogeneous, multiple and in permanent construction we raised the questioning of how to treat this heterogeneity and mutation, in a closed and limited space in the case a selection examination (objective test of Enem), which stipulates skills to be achieved and the means for this to occur. The analysis showed that there is a congruence as the requirements of official documents and the guiding rulers of the test, however, the observation of the questions showed how we still need to change for it to happen more effective variational approach in the Enem and in the Portuguese language teaching.

Keywords: Enem. Sociolinguistics. Official assessments.

Introdução

O Plano Nacional da Educação apresenta a nota do Enem como uma das estratégias previstas para a garantia da sua meta de número 13, “elevar a qualidade da educação superior”, à medida que propõe “substituir o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade aplicado ao final do primeiro ano do curso de graduação pelo Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, a fim de apurar o valor agregado dos cursos de graduação”, e, principalmente no que se refere à educação básica, a estratégia de “incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de

avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas”, esta vinculada à meta 7: “Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades”.¹

Dada a amplitude e relevância do Enem no cenário educacional, estudos acerca de sua organização pedagógica e alinhamento ao que preconizam os documentos oficiais que norteiam o ensino de Língua Portuguesa, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Edital do Programa Nacional do Livro Didático se tornam necessários, a fim de contribuir para o aprimoramento da política pública. Alinhada aos objetivos do projeto “O impacto da prova de redação do Enem no currículo da rede pública estadual de Sergipe”, financiado

¹ O Enem foi criado através da Portaria do Ministério da Educação nº 438, de 28 de maio de 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, inicialmente visando contribuir com a melhoria da qualidade da educação pública. A partir de 2009, com a portaria nº 109, de 27 de maio de 2009, este exame passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, além de funcionar como instrumento para o acesso a programas do governo federal, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), cuja finalidade é a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

Em decorrência da instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com o decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, as universidades federais começaram a aderir ao Novo Enem como método de seleção de candidatos para as vagas ofertadas, a fim de atender premissa de ampliação do acesso à educação superior, prevista como objetivo maior do programa. Segundo o edital nº 12, de 08 de maio de 2014, as informações obtidas a partir dos resultados do Enem podem ser utilizadas para: Compor a avaliação de medição da qualidade do Ensino Médio no País; Subsidiar a implementação de políticas públicas; Criar referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do Ensino Médio; Desenvolver estudos e indicadores sobre a educação brasileira; Estabelecer critérios de acesso do participante a programas governamentais; Constituir parâmetros para a autoavaliação do participante, com vista à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho; Certificar nível de conclusão do Ensino Médio; Servir como mecanismo de acesso à Educação Superior ou em processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho.

pelo Edital do Programa de Apoio e Desenvolvimento de Políticas Públicas para o Estado (NAPS), da Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica de Sergipe (FAPITEC), a proposta deste trabalho é investigar como se dá a avaliação das competências linguísticas na prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, a fim de observar o tratamento dado à variação linguística.² Para tanto, analisamos as questões da prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do Enem, entre os anos 2000 e 2012³, cujo conteúdo avaliado está relacionado à Sociolinguística. Para a discussão, inicialmente trazemos reflexões sobre a Sociolinguística na sala de aula. No segundo momento, apresentamos os procedimentos metodológicos que nortearam a análise. Por fim, evidenciamos como a temática da variação linguística vem sendo tratada na avaliação em questão.

Sociolinguística na Sala de Aula

Muito se tem discutido sobre o ensino de língua portuguesa, tendo em vista a sua importância na formação escolar do indivíduo, uma vez que a língua materna é o primeiro passo para se alcançar o bom desempenho nas demais disciplinas escolares e respectivas áreas do conhecimento. É nesse contexto que se insere a noção de “educação linguística”: aprendizado das normas de comportamento linguístico que regem a vida dos diversos grupos sociais, dos quais os indivíduos fazem parte. Educação linguística é entendida como “conjunto de fatores socioculturais que, durante toda a existência de um indivíduo, lhe possibilitam adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de/sobre sua língua materna, de/sobre outras línguas, sobre a linguagem de

² O desenvolvimento deste projeto está vinculado ao Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade – GELINS, que também desenvolveu o projeto “Ler+Sergipe: leitura para o letramento e cidadania”, financiado pelo Programa Observatório da Educação (edital 38/2010/CAPES/INEP) (cf. FREITAG, 2013; FREITAG, ALMEIDA, ROSÁRIO, 2013; ALMEIDA; FREITAG, 2014). Os resultados de ambos os projetos podem contribuir significativamente para o desenvolvimento de políticas públicas de ensino, especialmente no que diz respeito às avaliações em larga escala e ao ensino de língua materna.

³ Disponíveis em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/enem>>.

modo geral e sobre todos os demais sistemas semióticos” (BAGNO; RANGEL, 2005, p. 63).

A educação linguística nas escolas atravessa uma crise, haja vista que, de um lado, estão as diferentes políticas oficiais de ensino (leis, PCN, PNLD, entre outros), e do outro, está a dificuldade de efetivar essas orientações nas práticas escolares (cf. SOARES, 1986; BORTONI-RICARDO 2004; BAGNO, 2013). Segundo Bagno e Rangel (2005, p. 67), “abre-se então uma lacuna entre as propostas oficiais de ensino de língua, a formação docente nas universidades e as demandas sociais por uma educação capaz de assegurar os direitos linguísticos do cidadão e de lhe permitir construir a cidadania”. Na prática, o que se tem visto é que essa lacuna tem sido preenchida de maneira inadequada pelo ensino do “bom português”, ou “língua certa”, com a disseminação de uma norma idealizada, a qual denominam equivocadamente de *norma culta*, composta de regras pautadas na gramática normativa.

Como saída para esse problema, Bagno e Rangel (2005) sugerem ações capazes de articular as demandas sociais por uma educação linguística de qualidade por meio de políticas públicas para o ensino de língua, pautadas em uma pedagogia da educação em língua materna. Para isso, é preciso garantir que o letramento praticado nas escolas as leve a desenvolver, de modo consciente, em seus alunos, a capacidade de garantir sua participação e interferência na construção de uma sociedade letrada.

Na contramão dessa proposição, constatamos que a escola não vem exercendo com êxito o seu papel no ensino de língua portuguesa. Faraco (2008) e Bagno (2013) sugerem que a essência da problemática reside na incoerência existente quando o assunto é a *norma linguística*. Professores e alunos se veem rodeados de termos como *norma culta*, *norma padrão*, *norma gramatical*, entre outros. Diante de tantas nomenclaturas, Faraco (2008) propõe discuti-las, evidenciando os equívocos em torno da concepção de *norma culta*, e a real contribuição desse tipo de norma no ensino de língua portuguesa.

Para tal discussão, é preciso, antes de mais nada, desvelar a noção de *norma*, considerando tanto as vertentes de preceito, ou seja, aquilo que é normativo, como a de descrição de usos recorrentes, ou seja, aquilo que é normal. Já a partir dessas duas definições, é possível depreender as constantes confusões em torno do termo. E é alinhado a esse segundo conceito de norma, que leva em consideração as diversas situações sociais no uso da

língua, que Faraco (2008, p. 24) evidencia a necessidade de entender a língua como constituída por um conjunto de variedades. E, ainda, defende que qualquer concepção de *norma*, advinda de uma concepção de língua que não considera a variação, vai tratar de uma “norma curta”, definida pelo autor como “preceitos normativos descolados da realidade brasileira e cultivados por uma rígida e anacrônica tradição pseudopurista”.

As várias definições para o termo em questão ganharam força a partir da década de 1980, com as incoerências advindas da proposição de mudanças no ensino de Língua Portuguesa no país, uma vez que a prática pedagógica tradicional sempre fez da gramática o centro do ensino de português, e áreas, como a Sociolinguística, começaram a contribuir em estudos que apontavam a necessidade de mudança. Todavia, a disseminação de um discurso equivocado fez com que se desenvolvesse um cenário assim descrito:

Desenvolveu-se, então, um certo discurso pedagógico que passou a condenar ou o ensino de gramática na sua totalidade (dizia-se que era preciso deixar de ensinar gramática para poder ensinar português) ou a centralidade desse ensino (dizia-se, como ainda se diz nos documentos oficiais, que só caberia o estudo de nomenclatura, das classificações e dos conceitos se funcionalmente subordinado ao estudo da língua propriamente dita), ou seja, ao estudo das práticas de leitura, escrita e fala. (FARACO, 2008, p. 23).

À medida que se fez uso equivocado das novas proposições linguísticas, tornou-se “politicamente incorreto” o ensino declarado de gramática e, para se fazer isso de modo velado, o termo “norma culta” passou a se tornar sinônimo do termo “gramática”. Para Faraco (2008, p. 24), “a expressão norma culta passou, então, a ser usada para designar o conjunto dos preceitos da velha tradição excessivamente conservadora e pseudopurista”.

Diante dessa perspectiva de mudança pouco efetiva, haja vista que não passou de uma mudança errônea de nomenclatura, o ensino de Língua Portuguesa continua até hoje travestido da mesma perpetuação de ensino de gramática normativa. E, por esse motivo, faz-se necessário “aclarar conceitos tecnicamente com o objetivo de assentar bases para um debate melhor balizado, seja no contexto da investigação universitária, seja no contexto da mídia e da escola” (FARACO, 2008, p. 28).

Dado que os diferentes modos sociais de falar e escrever se equivalem e têm a sua representatividade, cada grupo de falantes efetiva sua língua por normas diferentes, e nenhum deixa de ter normas. Por causa disso, a expressão *norma culta*, segundo Faraco (2008, p. 54), “deve ser entendida como designando a norma lingüística praticada, em determinadas situações por aqueles grupos sociais que têm estado mais diretamente relacionados com cultura escrita”.

Sobre o ensino de gramática, Faraco (2008) defende sua presença no ambiente escolar, mas a partir de uma reflexão sobre a sua estrutura e funcionamento social, sob uma visão semântica e pragmática a partir do texto. Nesse mesmo sentido, Possenti (1996) preconiza que a gramática seja trabalhada através de leitura, escrita, debates e interpretação, ao invés de lições de nomenclatura, devendo o ensino da língua priorizar o conhecimento interiorizado de cada aluno.

Partindo da perspectiva de que a língua é um conjunto de variedades, o princípio de norma deve ser entendido como normalidade, aquilo que é habitual em uma comunidade de fala. Sendo assim, cai por terra a definição de *norma* atrelada exclusivamente à gramática, já que uma comunidade de fala não se caracteriza por uma única norma, mas por um conjunto delas que mantêm contato umas com as outras, de modo contínuo.

A chegada das abordagens lingüísticas às propostas pedagógicas, especialmente a partir dos anos 1980, reverbera nos documentos oficiais, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais, nas avaliações oficiais, como o Enem e nos livros didáticos. Ainda especialmente a partir dos anos 1980, os currículos dos cursos de Letras e Pedagogia dinamizaram tais teorias lingüísticas, porém os espaços para sua discussão não cresceram na mesma proporção.

À medida que chegavam ao mercado editorial obras com recomendações importantes para o aprimoramento do ensino da língua portuguesa nas escolas brasileiras, pôde-se observar a ocorrência de algumas mudanças de postura, em especial um esforço dos livros didáticos para substituir a excessiva ênfase na terminologia gramatical pelo tratamento da língua em uso, embora ainda haja muito que fazer para tornar mais eficiente o trabalho pedagógico com a leitura e a escrita nas nossas escolas. (BORTONI-RICARDO; FREITAS, 2009, p. 221).

Essa problemática também pode ser observada nas avaliações oficiais em todas as etapas de ensino da educação básica, haja vista que são consideradas concepções linguísticas na elaboração de suas matrizes e, conseqüentemente, nas questões aplicadas. Levantar essa questão ajuda a entender a dificuldade que professores e alunos têm enfrentado diante dessas avaliações, pois, como apontam Bagno e Rangel (2005, p. 64),

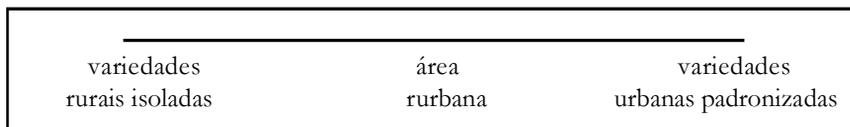
Existe, antes de mais nada, uma demanda social por educação linguística que suscita, da parte das diferentes instâncias ocupadas com o tema, conjuntos variados de respostas. De um lado, as diferentes políticas oficiais de ensino (sobretudo as de âmbito federal) vêm gerando um acervo cada vez mais volumoso de reflexões teóricas, consubstanciadas em documentos da mais diversa natureza [...] Do outro lado, todo esse esforço político oficial de atender às demandas de educação linguística da sociedade é acompanhado num ritmo muitíssimo mais lento.

Voltamos nossa abordagem para o que Bortoni-Ricardo (2005, p. 128) denomina de “Sociolinguística Educacional, que, de forma genérica, são todas as propostas e pesquisas sociolinguísticas que tenham por objeto contribuir para o aperfeiçoamento do processo educacional, principalmente na área de ensino de língua materna”. Sua proposta é observar as contribuições da sociolinguística, partindo do princípio de que a escola deve propor ao aluno a compreensão da realidade, inclusive no que se refere à língua como instrumento de comunicação.

A necessidade de reconhecimento das especificidades do português brasileiro tem fomentado a produção de obras teóricas, gramáticas descritivas e dicionários de uso, e também de obras de cunho pedagógico para o tratamento da variação em sala de aula. Um destes é o livro *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula* (BORTONI-RICARDO, 2004), que foi escrito com o propósito de auxiliar os docentes nessa tarefa: “Meus interlocutores preferenciais neste livro são os colegas professores, de ensino fundamental e médio e dos cursos de letras e pedagogia” (p. 7). Por apresentar uma linguagem simples e objetiva, além de trazer orientações sobre como aplicar as teorias em sala de aula, o livro faz parte do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) do Ministério da Educação. Nesse livro, a fim de trazer contribuições

sociolinguísticas ao ambiente educacional, Bortoni-Ricardo explora o modelo de três *contínuos* da variação do português no Brasil: o contínuo de urbanização, o de oralidade-letramento e o de monitoração estilística. Dada a sua difusão e o fato de ser avalizado por uma política pública, o PNBE, assumimos a proposta de Bortoni-Ricardo (2004) para orientar a análise das questões da prova de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias quanto ao tratamento da variação.

O contínuo da urbanização decorre de uma linha imaginária, na qual em uma ponta se encontram os falares rurais mais isolados (com predomínio da cultura da oralidade), e na outra, os falares urbanos (com predomínio da cultura de letramento), ambos com influências de codificação linguística, a exemplo do padrão correto da escrita, como ilustrado na Figura 1.



Fonte: Bortoni-Ricardo, 2004, p. 52.

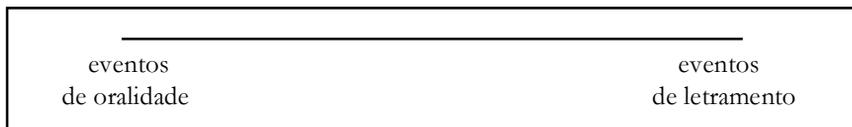
Figura 1 – Contínuo da urbanização

Entre esses dois extremos (rural e urbano), encontra-se o que Bortoni-Ricardo (2004, p. 338) denomina zona rurbana: “Denomino ‘rurbanas’, valendo-me da terminologia da antropologia social, comunidades urbanas de periferia, onde predomina forte influência rural na cultura e na língua”. Essa zona é composta pelos imigrantes da zona rural que preservam os seus antecedentes culturais, mas que sofrem forte influência da mídia, por exemplo.

Não existem falares totalmente isolados, mas sim uma fluidez entre eles, como colocado por Bortoni-Ricardo (2004, p. 52): “No contínuo de urbanização, não existem fronteiras rígidas que separem os falares rurais, rurbanos ou urbanos. As fronteiras são fluidas e há muita sobreposição entre esses tipos de falares (por isso mesmo falamos de um contínuo)”.

O segundo contínuo é o de oralidade-letramento, voltado para os eventos de comunicação mediados pela língua escrita. Também proposto em

uma linha contínua, em um extremo estão os eventos da oralidade e, no outro, eventos do letramento, assim como o contínuo de urbanização, também livre de fronteiras e marcado por sobreposições (Figura 2).

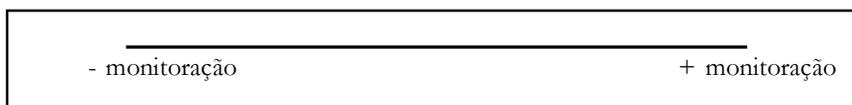


Fonte: Bortoni-Ricardo, 2004, p. 60.

Figura 2 – Contínuo da oralidade-letramento

Bortoni-Ricardo (2004) defende que o contato do indivíduo com o letramento escolar proporciona um maior domínio das variantes de prestígio e, conseqüentemente, o seu uso. Partindo do princípio de que o falante está, a todo momento, migrando entre situações de oralidade e letramento, a participação em cada um dos pólos do contínuo vai definir predominância de cada evento no indivíduo, uma vez que, como apontado por Bortoni-Ricardo (2004, p. 335), “Nos diversos domínios sociais, inclusive na sala de aula, as atividades próprias da oralidade são conduzidas em variedades informais da língua, enquanto para as atividades de letramento os falantes reservam um linguajar mais cuidado”.

O último contínuo, o de monitoração estilística, divide-se em interação espontânea [- monitoração] e interação planejada [+ monitoração], conforme a Figura 3, sendo três fatores que levam a monitoração do estilo: o ambiente, o interlocutor e o tópico da conversa.



Fonte: Bortoni-Ricardo, 2004, p. 62.

Figura 3 – Contínuo da monitoração estilística

Fortemente correlacionado ao contínuo de urbanização, o contínuo de monitoração apresenta uma gradação à medida que um falante vai migrando do extremo esquerdo para o direito da linha contínua, ao apresentar um estilo mais monitorado.

Bortoni-Ricardo (2004) releva a importância de considerar o grau de atenção e de planejamento conferidos pelo falante na interação, sendo que esses decorrem de fatores como a acomodação do falante ao seu interlocutor, o apoio contextual da produção dos seus enunciados, a complexidade cognitiva envolvida na sua produção linguística e a familiaridade do falante com a tarefa comunicativa que está sendo desenvolvida. E, ainda,

... [na] produção do estilo monitorado o/a falante presta mais atenção à sua fala. Este estilo geralmente caracteriza-se pela maior complexidade cognitiva do tema abordado. Se o/a falante tiver um maior grau de apoio contextual, bem como maior familiaridade com a tarefa comunicativa, poderá desempenhar-se no estilo monitorado com menor pressão comunicativa. A pressão comunicativa aumenta quando o apoio contextual é menor e a temática mais complexa. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 336).

A abordagem teórica por contínuos é uma estratégia produtiva no ensino de Língua Portuguesa em sala de aula, uma vez que

Uma pedagogia que é culturalmente sensível aos saberes dos educandos está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e da escola, e mostra ao professor como encontrar formas efetivas de conscientizar o educando sobre essas diferenças. Na prática, contudo, esse comportamento é ainda problemático para os professores, que ficam inseguros, sem saber se devem corrigir ou não, que erros devem corrigir ou até mesmo se podem falar em erros. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 38).

Por sua relevância e seu alinhamento às políticas públicas relacionadas ao ensino de língua portuguesa, para a análise das questões da Prova de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias do Enem, adotamos a proposta de contínuos de Bortoni-Ricardo (2004).

Procedimentos Metodológicos

A análise quantitativa dos dados partiu do levantamento de todas as questões da prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do Enem, que tratam de variação, no período de 2000 a 2012, compreendendo assim, 13 edições do exame das 17 já realizadas até o momento. Dessa maneira, adotamos uma amostra ampla do banco de questões, e, além disso, conseguimos abranger dados do antigo Enem (1998 a 2008) e do Novo Enem (2009 a atual).

No período compreendido, foram encontradas 35 questões de variação. Pela limitação do tamanho da amostra, utilizamos a técnica estatística de *wordcloud* (ou *tagcloud*), que se caracteriza pela representação visual de dados de um texto/arquivo através das “nuvens de palavras”, usadas para descrever palavras-chave (*tags*), que possibilita maior visibilidade aos resultados. Esta metodologia tem sido adotada em diferentes áreas para dar suporte às análises de conteúdo de natureza qualitativa, como pode ser visto em Carvalho Jr et al. (2012), na saúde; Araújo et al. (2014), na contabilidade; Bernardes et al. (2013), no design; e, inclusive, nos estudos da linguagem, como em Garavello (2009). Procuramos uma ferramenta que gerasse “nuvens” para o banco de dados de nossa codificação das questões, possibilitando, assim, a visualização e interpretação do conteúdo a partir dos termos mais recorrentes. A fonte de cada palavra “nuvem” é disponibilizada de acordo com a sua ocorrência ou relevância, ou seja, o tamanho da fonte representa a frequência com que as *tags* apareceram no texto.

O tratamento por meio da geração de *wordcloud* parte das categorias observadas. Primeiramente, foi feito um banco de dados no software Microsoft *Excel*, o qual foi submetido a um aplicativo on-line de *wordcloud*, especificamente o WordSift, desenvolvido pela Stanford University⁴. O resultado foi a criação das nuvens de palavras, em função dos contínuos, dos gêneros textuais mais recorrentes no suporte dos textos motivadores e das terminologias mais frequentes nas perguntas e alternativas de resposta do exame.

⁴ Disponível em: <<http://bit.do/cf3aB>>.

O Tratamento da Variação nas Questões da Prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Em se tratando de um exame que já passou por inúmeras modificações, entre elas o número de questões, para fazer uma abordagem quantitativa sobre a prova do Enem é preciso atentar para a mudança do número de questões por área do conhecimento ao longo das edições. Enquanto, em sua primeira estruturação, a prova era composta por 21 habilidades e 63 questões, das quais apenas 9 correspondiam à Língua Portuguesa, ou seja 14% da prova, uma vez que representava três habilidades da matriz, e cada uma dessas habilidades era avaliada em três questões. Na estruturação atual, a prova é composta por 180 questões, quatro blocos de 45; a prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias corresponde a um desses blocos e abrange 9 competências, das quais 4 são de língua portuguesa, avaliadas na prova por 5 questões, totalizando 11% da prova.

No período de 13 edições do exame, identificamos 161 questões de língua portuguesa, das quais 35 abordaram o conteúdo de variação linguística, conforme a amostragem por ano no gráfico da Figura 4.

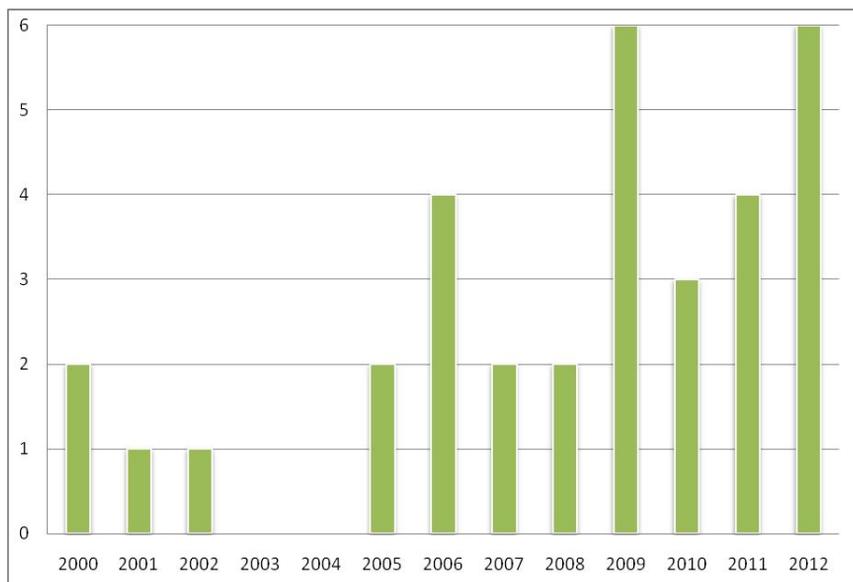


Figura 4 – Ocorrência de questões de variação linguística por ano

Uma observação primária dos dados pode levar ao entendimento de que a presença de questões de variação se ampliou ao longo dos anos; todavia, considerando o número de questões entre as duas fases da prova, é possível verificar uma média de ocorrência entre 11% a 44% entre os anos 2000 e 2008, em função de 4 questões do total de 9 no ano de 2006. Além disso, identificamos a ausência de questões que tratem de variação nos anos de 2003 e 2004. Entre os anos 2009 e 2012, a média de questões de variação linguística nas provas foi de 15% a 30%.

Os dados revelam que não existe uma padronização do conteúdo das questões, enquanto em duas edições não existem questões de variação linguística, em outras correspondem de 30% a 44% da prova de Linguagem, Código e suas Tecnologias.

Contínuos nas Questões de Variação no Enem

A primeira categoria analisada na prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias foi a correlação aos contínuos de Bortoni-Ricardo (2004). Após a análise qualitativa das questões, o banco de dados foi submetido ao software *WordSift*, que gerou a *wordcloud* da Figura 5.



Figura 5 – *Wordcloud* dos contínuos nas questões de variação do Enem de 2000 a 2012

As duas nuvens com maior fonte são as dos contínuos de *monitoração estilística* e *oralidade-letramento*, que, em termos quantitativos, correspondem a 65% das 35 questões. O contínuo de *urbanização* e a *variação histórica* vêm em segundo lugar, seguidos por *variação regional* e *variação entre o português brasileiro e europeu*.

Os resultados mostram que os contínuos respaldam a abordagem sociolinguística contida em 70% das questões do Enem no período de 2000 a 2012, e a prevalência dos contínuos de *oralidade e letramento* e *monitoração estilística* indica que a maioria das questões parte de uma abordagem de uso de acordo com contextos, ou seja, parte de situações que indicam formalidade/informalidade sob a perspectiva de eventos de comunicação mediados pela escrita, ou de +/-monitoração, a partir da interação planejada ou espontânea, no que preconiza a habilidade de número 26 da matriz de referência da prova: “Relacionar as variedades lingüísticas a situações específicas de uso social”. Nesse mesmo sentido, os PCN (BRASIL, 2000, p. 6) apontam a fala como uma competência social de usar a língua de acordo com as expectativas em jogo, haja vista que “as condições e formas de comunicação refletem a realização social em símbolos que ultrapassam as particularidades do sujeito, que passa a ser visto em interação com o outro”.

Para ir mais fundo e identificar como se materializa essa abordagem heterogênea da língua, faremos a análise dos textos das questões e dos termos utilizados nas perguntas e nas respostas das questões de variação linguística da prova de Linguagens, Código e suas Tecnologias.

Textos das Questões de Variação Linguísticas no Enem

A segunda categoria controlada foi a dos gêneros textuais (entendidos aqui de maneira ampla) presentes nas questões de variação, apresentados na *wordcloud* da Figura 6.



Figura 6 – *Wordcloud* dos gêneros textuais suporte às questões de variação linguística do Enem de 2000 a 2012

questão como de cunho interpretativo, haja vista as alternativas de resposta que são apresentadas ao candidato.

As demais questões se configuram pela discussão variacionista a partir de uma perspectiva mais literária dos gêneros *conto*, *romance* e *poema*, os mais recorrentes na *wordcloud*. Os dois primeiros enquadrando-se no gênero literário narrativo, caracterizam-se, respectivamente, por apresentar traços da narrativa oral – por esse motivo, carregando uma linguagem simples e acessível, atendendo a critérios narrativos de ambientação e espaços claramente definidos – e, no caso do poema, por ser do gênero literário lírico, constituindo expressão estética através da língua.

QUESTÃO 111

Cabeludinho

Quando a Vó me recebeu nas férias, ela me apresentou aos amigos: Este é meu neto. Ele foi estudar no Rio e voltou de ateu. Ela disse que eu voltei de ateu. Aquela preposição deslocada me fantasiava de ateu. Como quem dissesse no Carnaval: aquele menino está fantasiado de palhaço. Minha avó entendia de regências verbais. Ela falava de sério. Mas todo-mundo ri. Porque aquela preposição deslocada podia fazer de uma informação um chiste. E fez. E mais: eu acho que buscar a beleza nas palavras é uma solenidade de amor. E pode ser instrumento de rir. De outra feita, no meio da pelada um menino gritou: Disilimina esse, Cabeludinho. Eu não disiliminei ninguém. Mas aquele verbo novo trouxe um perfume de poesia à nossa quadra. Aprendi nessas férias a brincar de palavras mais do que trabalhar com elas. Comecei a não gostar de palavra engavetada. Aquela que não pode mudar de lugar. Aprendi a gostar mais das palavras pelo que elas entoam do que pelo que elas informam. Por depois ouvi um vaqueiro a cantar com saudade: Ai morena, não me escreve / que eu não sei a ler. Aquele a preposto ao verbo ler, ao meu ouvir, ampliava a solidão do vaqueiro.

BARROS, M. *Memórias inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta, 2003.

No texto, o autor desenvolve uma reflexão sobre diferentes possibilidades de uso da língua e sobre os sentidos que esses usos podem produzir, a exemplo das expressões “voltou de ateu”, “disilimina esse” e “eu não sei a ler”. Com essa reflexão, o autor destaca

- A os desvios linguísticos cometidos pelos personagens do texto.
- B a importância de certos fenômenos gramaticais para o conhecimento da língua portuguesa.
- C a distinção clara entre a norma culta e as outras variedades linguísticas.
- D o relato fiel de episódios vívidos por Cabeludinho durante as suas férias.
- E a valorização da dimensão lúdica e poética presente nos usos coloquiais da linguagem.

LC - 2º dia | Caderno 6 - CINZA - Página 10

Fonte: Enem, 2012, p. 10.

Figura 8 – Questão nº 111 da prova cinza de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

O uso de expressões como “voltou de ateu”, “disilimina esse” e “eu não sei a ler”, presentes na produção do poeta Manoel de Barros, e enfatizadas na pergunta da questão 111 da prova cinza de 2012, levam à resposta de letra E do gabarito, reforçando a ideia de uso coloquial a serviço do efeito poético. A abordagem sociolinguística se restringe a uma discussão pouco problematizadora.

É importante tratar da possibilidade que o gênero literário dá ao autor de utilizar efeitos linguísticos, estéticos e de sentido, de modo que a linguagem empregada em uma produção atenda às intenções de quem escreveu o texto, cabendo a utilização da linguagem formal ou informal como recurso estilístico.

Além dos gêneros escritos, identificamos a presença de gêneros textuais orais: diálogo, entrevista, canção. Desses, alguns são mais formais e se tornam instrumento do domínio de atividades de linguagem que precisam ser apoiadas em gêneros escritos, e outros menos formais, indicando situações de comunicação corriqueiras.

Na questão de número 122 da prova azul de 2012, na página seguinte, que tem como suporte textual o gênero entrevista, o candidato deveria marcar a alternativa A, indicando a linguagem como situação comunicativa que, no caso do gênero proposto, deve atender à norma padrão. Esta é uma questão que traz um trecho de uma entrevista cujo entrevistado suscita a discussão acerca da urgência em se aceitar a variedade de língua portuguesa do Brasil, considerando sua heterogeneidade, e que culmina em uma abordagem normativa, inclusive contradiz uma afirmação contida no excerto do texto: “Temos uma língua própria, mas somos obrigados a seguir uma gramática normativa de outra língua diferente”. A alternativa correta apresenta a norma padrão como uma variante, contradizendo a concepção de que norma padrão não é uma variedade da língua, mas um constructo que serve de referência para um processo de uniformização.

Em suma, se constata que a discussão de cunho sociolinguístico leva a uma abordagem pouco reflexiva sobre o uso da língua no Enem. Diante desta constatação, investigamos até que ponto essa realidade é corroborada pelas terminologias utilizadas nas questões.

Entrevista com Marcos Bagno

Pode parecer inacreditável, mas muitas das prescrições da pedagogia tradicional da língua até hoje se baseiam nos usos que os escritores portugueses do século XIX faziam da língua. Se tantas pessoas condenam, por exemplo, o uso do verbo "ter" no lugar de "haver", como em "hoje tem feijoadá", é simplesmente porque os portugueses, em dado momento da história de sua língua, deixaram de fazer esse uso existencial do verbo "ter".

No entanto, temos registros escritos da época medieval em que aparecem centenas desses usos. Se nós, brasileiros, assim como os falantes africanos de português, usamos até hoje o verbo "ter" como existencial é porque recebemos esses usos de nossos ex-colonizadores. Não faz sentido imaginar que brasileiros, angolanos e moçambicanos decidiram se juntar para "errar" na mesma coisa. E assim acontece com muitas outras coisas: regências verbais, colocação pronominal, concordâncias nominais e verbais etc. Temos uma língua própria, mas ainda somos obrigados a seguir uma gramática normativa de outra língua diferente. As vésperas de comemorarmos nosso bicentenário de independência, não faz sentido continuar rejeitando o que é nosso para só aceitar o que vem de fora.

Não faz sentido rejeitar a língua de 190 milhões de brasileiros para só considerar certo o que é usado por menos de dez milhões de portugueses. Só na cidade de São Paulo temos mais falantes de português que em toda a Europa!

Informativo Parábola Editorial, s/d.

Na entrevista, o autor defende o uso de formas linguísticas coloquiais e faz uso da norma padrão em toda a extensão do texto. Isso pode ser explicado pelo fato de que ele

- A adapta o nível de linguagem à situação comunicativa, uma vez que o gênero entrevista requer o uso da norma padrão.
- B apresenta argumentos carentes de comprovação científica e, por isso, defende um ponto de vista difícil de ser verificado na materialidade do texto.
- C propõe que o padrão normativo deve ser usado por falantes escolarizados como ele, enquanto a norma coloquial deve ser usada por falantes não escolarizados.
- D acredita que a língua genuinamente brasileira está em construção, o que o obriga a incorporar em seu cotidiano a gramática normativa do português europeu.
- E defende que a quantidade de falantes de português brasileiro ainda é insuficiente para acabar com a hegemonia do antigo colonizador.

Fonte: Enem, 2012, p. 14.

Figura 9 – Questão nº 122 da prova cinza de de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Objeto das Perguntas nas Questões de Variação no Enem

Diante das várias possibilidades de referência à variação linguística, o levantamento das terminologias para as perguntas das questões evidencia o uso de muitas palavras dadas como sinônimas, a exemplo de *variação*, *variação linguística* e *opções linguísticas*.

O banco de questões submetido ao software Wordift gerou a *wordcloud* da Figura 8, em que se sobressaem as terminologias *variação*, *língua*, *linguagem*, *norma padrão* e *coloquial*.

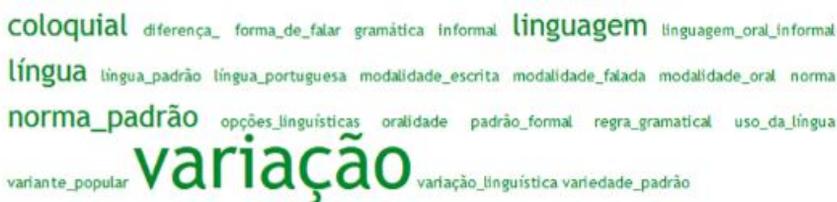


Figura 10 – *Wordcloud* dos objetos das questões de variação do Enem de 2000 a 2012

Tarallo (1986, p. 8) define *variação* como “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade”. Considerando as indicações dos documentos oficiais, que orientam para um ensino de Língua Portuguesa a partir da reflexão sob a ótica da variação e heterogeneidade, é essa a abordagem de variação linguística que se espera encontrar nas questões do exame.

Uns dos exemplos do tratamento da variação do Enem são as questões 5 e 6 da prova amarela de 2006, que usam como suporte um poema de Carlos Drummond de Andrade, cujo tema é a variação oral/escrita sob a perspectiva da bagagem que o aluno possui antes da sua chegada à escola e do que ele tem que aprender ao ingressar nela. A ocorrência do termo *variação* está atrelada à noção de funções da linguagem, fato bastante frequente não só nas questões do exame, mas no ensino de Língua Portuguesa em geral, uma vez que os livros didáticos abordam a variação linguística ainda como subordinada aos

conteúdos previstos na gramática ou nos manuais da literatura, como observado por Bagno (2013) ao propor um estudo sobre as prescrições oficiais quanto à sua efetivação no livro didático.

Texto para as questões 5 e 6

Aula de português

1 A linguagem
na ponta da língua
tão fácil de falar
e de entender.

A linguagem
na superfície estrelada de letras,
sabe lá o que quer dizer?

Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando

o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, esquipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.

Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,

a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a priminha.

O português são dois; o outro, mistério.

Carlos Drummond de Andrade. *Esgreecer para lembrar*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

Questão 5

Explorando a função emotiva da linguagem, o poeta expressa o contraste entre marcas de variação de usos da linguagem em

A situações formais e informais.
B diferentes regiões do país.
C escolas literárias distintas.
D textos técnicos e poéticos.
E diferentes épocas.

Questão 6

No poema, a referência à variedade padrão da língua está expressa no seguinte trecho:

A "A linguagem / na ponta da língua" (v.1 e 2).
B "A linguagem / na superfície estrelada de letras" (v.5 e 6).
C "[a língua] em que pedia para ir lá fora" (v.14).
D "[a língua] em que levava e dava pontapé" (v.15).
E "[a língua] do namoro com a priminha" (v.17).

Fonte: Enem, 2006, p. 3.

Figura 11 – Questões 5 e 6 da prova amarela de de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Na questão de número 6, o suporte textual foi utilizado para uma abordagem da norma padrão, levando o aluno a refletir sobre quais termos remetem à variedade padrão da língua, corroborando, assim, com a reflexão velada das prescrições gramaticais, uma vez que não conduz o candidato a uma análise mais aprofundada a respeito da variação e heterogeneidade da língua, ao apresentar um único caminho como resposta, o canonizado.

Essa percepção não se restringiu a essas questões; a maior incidência do termo *variação* foi associada às questões que tiveram como suporte textual os gêneros acadêmico e informacional, ocorrendo em um contexto comunicativo escrito em língua formal. Termos que remetem aos usos mais informais, a exemplo de *coloquial, oralidade, formas de falar*, corresponderam às

questões que apresentaram gêneros textuais orais, como charges e quadrinhos, a exemplo da questão 96 da prova amarela da edição de 2010, que apresenta as variantes “tá”/”está”, além da gíria “que barato”.



As diferentes esferas sociais de uso da língua obrigam o falante a adaptá-la às variadas situações de comunicação. Uma das marcas linguísticas que configuram a linguagem oral informal usada entre avô e neto neste texto é

- a opção pelo emprego da forma verbal “era” em lugar de “foi”.
- a ausência de artigo antes da palavra “árvore”.
- o emprego da redução “tá” em lugar da forma verbal “está”.
- o uso da contração “desse” em lugar da expressão “de esse”.
- a utilização do pronome “que” em início de frase exclamativa.

Fonte: Enem, 2010, p. 6.

Figura 12 – Questão nº 96 da prova amarela de de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Quando os termos utilizados são *língua* e *linguagem*, torna-se importante retomar as considerações dos documentos norteadores e do próprio. Para os PCN (BRASIL, 2000, p. 5), a linguagem é “a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências vividas em sociedade”; concepção que também se apresenta no Guia do Programa Nacional do Livro Didático, ao possibilitar aos alunos e professores do ensino médio “a capacidade de refletir sobre fatos de língua e linguagem, assim como a construção de conhecimentos correspondentes – e, em particular,

a representação cientificamente válida da história, da organização e do funcionamento da língua portuguesa [...]”. Tais concepções culminam nos manuais do Enem (2009, p. 60), ao propor a noção de **linguagens**, no plural, para a constituição de significados e comunicação.



BROWNE, C. Hagar, o horrível. *Jornal O GLOBO*, Segundo Caderno, 20 fev. 2009.

A linguagem da tirinha revela

- A o uso de expressões linguísticas e vocabulário próprios de épocas antigas.
- B o uso de expressões linguísticas inseridas no registro mais formal da língua.
- C o caráter coloquial expresso pelo uso do tempo verbal no segundo quadrinho.
- D o uso de um vocabulário específico para situações comunicativas de emergência.
- E a intenção comunicativa dos personagens: a de estabelecer a hierarquia entre eles.

Fonte: Enem, 2009, p. 8.

Figura 13 – Questão nº 109 da prova azul de de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Ao propor uma abordagem a respeito da linguagem empregada em determinado contexto, a questão de número 109 da edição de 2009 disponibiliza, para o candidato, uma pergunta muito restritiva, que precisa das alternativas para ter sua intenção revelada. Essas alternativas possibilitam certa reflexão acerca da linguagem e sua intenção, todavia, o gabarito indica como alternativa correta a de letra C, que subordina a identificação do caráter coloquial aos usos de tempos verbais, mais especificamente pretérito mais-que-perfeito simples *vs.* pretérito mais-que-perfeito composto. Essa abordagem indicia uma prevalência de concepções normativas extremamente restritas ao

uso variável da língua no escopo da prova do Enem. Esse padrão normativo é reforçado com a observação dos termos usados nas respostas.

Alternativas das Questões de Variação no Enem

O tratamento das alternativas de resposta confirmou o que foi observado nas outras categorias controladas: a tendência à abordagem normativa nas questões de variação, haja vista que a maior parte delas culmina em respostas relacionadas às prescrições gramaticais (*norma padrão, modalidade escrita, linguagem formal*), como mostra a *wordcloud* da Figura 14.



Figura 14 – *Wordcloud* das respostas às questões de variação do Enem de 2000 a 2012

Assim como observado nos termos do objeto das perguntas, os termos das alternativas das respostas também estão relacionados à variação linguística; todavia, na *wordcloud*, identificamos a prevalência de terminologias relacionadas a uma variedade de língua formal, da norma padrão, fato que leva o candidato a uma reflexão sobre variação linguística ainda um tanto quanto subordinada à ideia velada de diferenciação valorativa da língua dada pelo seu significado social atrelado ao poder político, econômico e social. Essa percepção culmina no termo *gramática*, saliente na *wordcloud*, que foi adotado para caracterizar todas as vezes que as alternativas da questão exigiam do candidato conhecimento das categorias da gramática normativa (morfologia, sintaxe, fonologia).

Esse tipo de abordagem pode ser observado em mais uma questão, a 101 da prova azul de 2009, que menciona sutilmente a existência da variação na pergunta, mas apresenta alternativas unicamente pautadas nas regras gramaticais.

Texto para as questões 100 e 101

Quanto às variantes linguísticas presentes no texto, a norma padrão da língua portuguesa é rigorosamente obedecida por meio

- 01 do emprego do pronome demonstrativo "esse" em "Por que o senhor publicou esse livro?".
- 02 do emprego do pronome pessoal oblíquo em "Meu filho, um escritor publica um livro para parar de escrevê-lo!".
- 03 do emprego do pronome possessivo "sua" em "Qual foi sua maior motivação?".
- 04 do emprego do vocativo "Meu filho", que confere a fala distanciamento do interlocutor.
- 05 da necessária repetição do conectivo no último quadrinho.

UL – PÁGINA 5 ENEM 2009

Fonte: Enem, 2009, p. 5.

Figura 15 – Questão nº 101 da prova azul de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

O candidato é orientado a localizar termos gramaticais (pronome, vocativo, conectivo) que indiquem a presença da norma padrão no texto. Nada além disso é observado, e, mais ainda, implicitamente fica subentendida a noção de que as “outras variantes” contidas no texto se configuram como erro, já que não atendem ao padrão.

A observação das categorias propostas, assim abordada em Alves (2014), corrobora a prevalência normativa nas questões da prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do Enem, de que, mesmo com a utilização de textos pautados em gêneros textuais, que auxiliam na abordagem variacionista, e a utilização de termos que remetem ao uso variável da língua, as questões

tendem a levar os candidatos a se reportarem ao conhecimento gramatical de base normativa.

Considerações Finais

A análise das questões de variação linguística da prova Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do Enem entre os anos 2000 e 2012, observando a aderência às diretrizes dos PCN e do PNLD e da Matriz de competências de avaliação da própria prova do ENEM nos permite identificar uma abordagem menos velada e implícita de questões normativas, como foi constatado nas terminologias de perguntas e respostas das questões da amostra.

A temática da variação linguística vem sendo tratada na avaliação, fato que reflete as orientações dos documentos norteadores, se materializando em torno de situações reais de comunicação por intermédio de recursos textuais, a exemplo das histórias em quadrinho e diálogos, abordando a oralidade e a informalidade da língua. Todavia, alguns aspectos ainda precisam ser revistos, principalmente a restrição da abordagem variacionista, na maior parte das questões, em aspectos interpretativos, sem levar os candidatos a refletirem sobre variação e heterogeneidade da língua de modo mais aprofundado. Sendo assim, ainda existe um caminho a ser percorrido até que se chegue ao ensino de Língua Portuguesa desejado, com sua aproximação da realidade linguística do país e, consequentemente, o modo como a língua será abordada nas avaliações oficiais.

Referências

ALVES, R. F. Caracterização de questões de gramática no Enem. *Cadernos do CNFL*, v. 18, n. 12, p. 176-196, 2014.

ARAÚJO, K. D. de et al. Percepção dos impactos da adoção das IFRS na contabilidade gerencial sob a ótica dos professores de programas de pós-graduação stricto sensu em contabilidade. *Revista Universo Contábil*, v. 10, n. 2, p. 105-124, 2014.

BAGNO, M. *Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português*. São Paulo: Parábola, 2013.

BAGNO, M.; RANGEL, E. de O. Tarefas da educação linguística no Brasil. *Rev. Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 5, n. 1, p. 63-80, 2005.

BERNARDES, M. M. e S. et al. Identificação de pesquisas estratégicas em gestão de design direcionadas ao aumento da competitividade de micro e pequenas empresas brasileiras. *Design & Tecnologia*, v. 3, n. 5, p. 24-34, 2013.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nóis cheguemo na iscola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M.; FREITAS, V. A. de L. Sociolinguística Educacional. In: HORA, D. et al. (Org.) *Abralin – 40 anos em cena*. João Pessoa: Editora Universitária, 2009. p. 217-240.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)*. Brasília: MEC, 2000.

CARVALHO JR., P. M. et al. Avaliação do programa de residência multiprofissional em saúde da família: uma análise qualitativa através de duas técnicas. *Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto*, v. 11, n. 1, p. 114-119, 2012.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FREITAG, R. M. K. *Leitura, letramento e cidadania: explorando a Provinha Brasil*. Curitiba: Appris, 2013.

FREITAG, R. M. K.; CYRANKA, L. M. Sociolinguística variacionista e educacional: tendências metodológicas. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. de S. (Org.). *Ciências da linguagem: o fazer científico*, v. 2, p. 249-280, 2014.

FREITAG, R. M. K.; ALMEIDA, A. N. S.; ROSÁRIO, M. M. S.
Contribuições para o aprimoramento da Provinha Brasil enquanto
instrumento diagnóstico do nível de alfabetização e letramento nas séries
iniciais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 94, n. 237, p. 390-41, 2013.

GARAVELLO, M. de P. E. *Os blogs e o jornalismo de texto: a campanha para
eleição presidencial de 2006 no Brasil*. 2009. Dissertação (Mestrado em
Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

Recebido em: 12/11/2015

Aceito: 25/04/2016